

MEDIA ON THE ROCKS

Fábula, metamorfose e performance no “Caso Foz Côa”

por

José Luís Garcia & Patrícia Araújo Santos*

Ao conquistar constantemente a sua própria autonomia, a arte continua a ajudar-nos a conquistar a nossa própria humanidade.

Jean Cassou

INTRODUÇÃO

O viajante que se dirige hoje a Vila Nova de Foz Côa, escondida nos planaltos trasmontanos, para ver com os seus próprios olhos a *rock art* que esteve no centro de um raro e participado conflito, ao mesmo tempo controversia pública de base científica, curioso mas amador, prostra-se atónito frente à multiplicidade de traços gravados na rocha, para tentar ali buscar o sentido da polémica, aceder à compreensão da importância do “lugar”, do “santuário” paleolítico, entender a adequação e aceitação do que foi aclamado pelos media, a força que barrou a barragem.

Se durante o dissenso eram as gravuras ameaçadas de submersão com a imponente barragem sobre as montanhas xistosas; agora, é o viajante que se sente a submergir, com a cabeça ainda cheia da polémica tentando reconhecer ali, tão longe de tudo, com a quietude do nada, a importância desmedida dada àquelas gravuras: a vitória da “herança mundial” sobre a “tecnocracia” e o “progresso”. Nessa altura, sob o calor tórrido e a paisagem de terra e rocha gretada, gravada,

* Projecto “Ciência, Política e Desenvolvimento - O Caso das Gravuras de Foz Côa” (ICS/ISCTE). Área da Sociologia da Comunicação.

sente-se e admite-se a conjectura dos poetas de que o presente contém em si todo o passado e todo o futuro.

Diante das gravuras, o visitante não pode prescindir do conhecimento da Arqueologia que, através dos monitores, dá visibilidade aos contornos que só assim começam a ganhar configurações desnudando figuras finalmente discerníveis. Então, encaminhado pelo olhar treinado dos arqueólogos, ele, que lá foi motivado pela ruptura na suposta ordem das coisas, permite-se ir aproximando da simbologia do espaço que o rodeia.

Uma aura de mistério acompanha a descoberta, recua-se ao tema das origens da humanidade, vislumbra-se signos de identidade da espécie humana, a presença de comunidades que conduzem a problematizar a acção do homem. E os mistérios repousam sobre quem se interroga sobre as gravuras, surgindo a vontade de saber mais sobre nós. Para a Arqueologia, por exemplo, o mistério da ausência do megalitismo e a justaposição de figuras. Para quem escreve estas linhas, outros mistérios vão emergindo: *Como é que aquelas gravuras ignoradas se transformaram numa batalha política triunfante pelo património natural e cultural da humanidade?* E vem-nos à ideia o poder dos quadros e pressupostos culturais, o “oceano ilimitado da dissemelhança” agora propagado e produzido pelos media mas que se instalou há muito com a cisão entre objecto e pensamento, o triunfo de uma cultura do sentir e de um regime de opinião que transformou Foz Côa numa crónica universal. Enfim, a relação entre comunicação e património que alterou o que é menos visível na aparência do visível, que tornou o imperceptível e o impenetrável em matéria sensível de organização da experiência do presente.

As gravuras rupestres do Côa tinham um valor científico e um valor patrimonial para uma parte da comunidade arqueológica que as classificava como arte paleolítica ao ar livre, desconhecida até então na Península Ibérica. Mas como se transformou este “valor em si”, defendido por uns, num “valor para todos” universal e intransgressível? Como foi possível convencer a localidade e o país da importância do achado? E como se conseguiu isso quando a localidade, na sua grande maioria, defendia a barragem como aposta no desenvolvimento regional e o Estado já tinha investido nela uma elevada quantia?

Nos subterrâneos da polémica, que veio *a posteriori*, constata-se uma metamorfose, nascida da dificuldade de salvaguardar as gravuras, que as tornou uma questão patrimonial nacional e mundial. É aqui que, da mesma forma que os tracinhos filiformes, revelados pelo saber de desocultação dos arqueólogos, nos dão a ver a imperceptível cabrinha pirinaica, nos apercebemos das marcas poderosas, mas também mais dissimuladas, da presença dos media neste processo de alteração do “acontecimento” no enunciado da “salvaguarda do património”.

A hipótese que avançamos é a de que, neste conflito, os media foram decisivos em duas circunstâncias: transformando o valor das gravuras em património,

ao apoiar a posição dos arqueólogos, e influenciando a controvérsia política gerada a favor de uma opção de desenvolvimento, inédita em Portugal, que passa pelos valores culturais e patrimoniais.

1. ARQUEÓLOGOS E JORNALISTAS – COMUNHÃO E ALIANÇA EM TORNO DOS NOVOS VALORES DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL

O conflito “Foz Côa” poderia ser retirado de um exemplo clássico dos dilemas axiológicos relativos ao património natural e cultural. Há vinte anos atrás um jovem médico que descia o rio Franklin no sudoeste da Tasmânia (uma ilha da Austrália) ficou de tal forma impressionado pela beleza do rio e das florestas intemporais que o acolhiam que, quando confrontado com a iminência da construção de uma barragem, desistiu da medicina a favor da fundação de um movimento civil de protecção da natureza da Tasmânia. O vigor com que o movimento se organizou acabou por tornar-se um foco de atenção nacional instigador de inúmeros debates num período em que se aproximavam as eleições federais da Austrália. Por conseguinte, inflamou-se um debate nacional que colocou lado a lado a oposição e o movimento civil fundado. O desfecho levou a oposição ao poder e esta manteve o compromisso de preservar intocado o rio Franklin.

Este exemplo descrito por James McQueen, que tem uma semelhança evidente com o conflito de Foz Côa, é citado por Peter Singer¹ como paradigma de um confronto de valores no domínio da ética ambiental. Por um lado, existiam as ravinas, as matas, um rio que corria, livre, para o mar; por outro, existia a construção de uma barragem que traria uma mais-valia de postos de trabalho e rendimento económico. *A barragem deve ser construída?* – pergunta Peter Singer, e não podemos ignorar que qualquer hipótese de resposta à sua indagação depende de pressupostos culturais e de uma opção entre valores.

No próprio modo de ver se pressente logo uma diferenciação de quadros culturais. Há os que vêem as águas que fluem como mera energia desaproveitada, que se designa frequentemente como uma visão “economicista” e “tecnocrática” centrada na possibilidade de fomento de empregos e do tipo de desenvolvimento tecnológico e económico em que têm assentado as sociedades do século XX. Outros vêem nesse fluir não um desperdício mas um brotar, sinónimo de nascimento, uma deriva que não necessita de provir. É no decurso desse ambíguo boiante que se permite ver o curso do que é natural e assim se deixaram brotar em Foz Côa, sob as encostas tumultuosas, as imagens milenares protegidas no seu

¹ Citado por Peter Singer in *Ética Prática*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1993, pp. 279-330.

sumidoiro. Deixar intactas as extensões naturais que ainda existem, preservar os “tesouros artísticos” das civilizações primitivas ou das civilizações imediatamente anteriores à nossa – para não infringir danos irreparáveis às gerações seguintes, porque não se imaginam “vantagens económicas” que possam compensar certas perdas (a Mona Lisa de Da Vinci, por exemplo). Tanto quanto se sabe, o que se descobriu furtivamente quis por uns ser mantido oculto, por outros delapidado, outros entretanto insurgiram-se, como o jovem médico imbuído de uma missão cívica, e fizeram ver que o clandestino estava a ser o emboscado, à mercê daqueles que na sua perspectiva com desacato e desconsideração ou, por outras palavras, movidos por valores diferentes, queriam alisar e arrasar com o “santuário”. No discurso mediático, a recorrente remissão das gravuras para o campo simbólico do religioso fez com que toda a acção humana fosse índice de um acto profano e, nessa linha, a imprensa passa a imagem da barragem como a que “ameaça submergir a 100 metros de profundidade o santuário rupestre de Foz Côa” (Público 07.01.95).

Encontramo-nos perante uma cisão axiológica que remonta à concepção do domínio do homem sobre a natureza e a responsabilidade desse domínio. Na tradição cultural dominante do Ocidente, do cristianismo e do cristianismo aquiniano, Deus não deve preocupar-se nem com os bois nem com as rochas. Mas esta tradição, em que as outras espécies animais e a natureza foram apropriadas de todas as maneiras para benefício do homem, conhece uma crise, mesmo uma suspensão em determinados campos, nas últimas décadas.

Os valores ambientais encontram eco face aos poderes desmesurados da tecnologia que ameaça fazer perder definitivamente, e o termo definitivo adquire a maior importância, a ligação com o Passado, quando os custos se tornam tão grandes que arrecadam prejuízos para as gerações vindouras. Aí os homens, como uma mãe coruja, cercam o espaço num instinto também de preservação da própria espécie. Ou seja, na sociedade do consumo e do imediato irrompem valores de longo prazo. Não basta sentir o momento, evoca-se a necessidade da contemplação. À luz deste juízo, o que tem sentido em termos económicos deixa de o ter e num incentivo de sintonia com a natureza crescem estes valores, estéticos, sem preço e intemporais.

Argumenta-se aqui que no “Caso de Foz Côa” se terá verificado uma partilha de valores e juízos quanto ao património natural e cultural na sociedade portuguesa. Uma partilha de algum modo passiva, que talvez não fosse muito além da empatia popular. Existia, no entanto, um grupo de arqueólogos que se mobiliza em função de um juízo. É este grupo quem primeiro exige a suspensão da barragem, guiados evidentemente por uma mescla de valores ambientais e científicos, estes últimos ligados às exigências da investigação. À pergunta de Singer, esses arqueólogos respondem desencadeando uma campanha contra a

construção da barragem, defendendo simultaneamente o património natural e cultural e os imperativos da investigação.

Na relação que esse grupo de arqueólogos estabelece depois com o campo mediático, surge enfatizada uma comunhão de valores, uma partilha de significado face à preservação do “lugar”, identitário, histórico, natural, ambiental, científico. “*Os arqueólogos portugueses estão em polvorosa. E não é para menos.*”, diz o início de um artigo publicado pelo *Expresso* em 26 de Novembro de 1994. (o **bold** é nosso).

Há como que uma certa nostalgia por lugares de memória, lugares que constituem espaços de representação sígnica. Frente aos sentimentos generalizados de desenraizamento, Foz Côa oferecia a plena evocação reterritorializada desse conceito de “lugar”, de pertença. As gravuras prestam-se à evocação da experiência humana dos primórdios civilizacionais colando-se ao interesse desmesurado pelo jurássico e por todas as origens. Como resposta ao sinal de valor contrário, as gravuras rupestres ofereciam ainda um valor instrumental que se podia opôr ao da barragem – era possível rentabilizar a região do ponto de vista do turismo histórico-cultural. O conflito gerado emanava, contra os valores ditos “materialistas”, valores ambientais e patrimoniais, científicos e lúdicos, uma possibilidade de cultura e lazer impregnada num novo conceito.

Na mediatização do fenómeno assiste-se a um enquadramento mítico, simultaneamente intencional e sem consciência dessa intencionalidade, nas convenções culturais, nas diferentes perspectivas de situar os limites da acção humana e nos padrões de formulação do jornalismo. No âmbito dos enunciados da Arqueologia a descoberta transformou-se em juízo e acontecimento: “as gravuras do Vale do Côa são gravuras paleolíticas ao ar livre”; “as gravuras paleolíticas descobertas em Portugal são científica e patrimonialmente valiosíssimas”. Tratava-se de um discurso cuja locução abria-se à possibilidade rápida de encadeamento na inscrição enunciativa da imprensa: o aleatório, a ruptura, o conflito; e as dicotomias antitéticas, a barragem e as gravuras, os arqueólogos e os engenheiros, a EDP e a investigação científica, o património e o “desenvolvimento economicista”, o clamor internacional e a Câmara Municipal, o governo e a oposição, uma fábula com heróis e vilões. “Não existe possível nem virtual no domínio dos enunciados, tudo aí é real, e toda a realidade está aí manifesta” escreveu Deleuze². O discurso não é todo o acontecimento social, mas todo o acontecimento social tem uma natureza ou uma retradução discursiva (*maxime* um acontecimento discursivo mediático), isto é locutiva, valorativa e performativa que se joga nos planos da escolha, apresentação, enquadramento, interpretação, ajuizamento e realização.

² Gilles Deleuze, *Foucault*, Ed. Vega, Lisboa, p. 21.

Assim, enquanto um grupo de arqueólogos se apercebe logo de uma fonte de valor científico, que se via ameaçada, os jornalistas adequam e retraduzem no seu registo o enunciado e comungam de uma nova (no sentido de recente) posição ética, uns e outros revisionistas na relação entre homem e natureza. Uma sociedade que já não precisa “destruir” para satisfazer as suas necessidades básicas põe em causa os valores económicos. Num editorial do *Público*, o jornal de referência que maior destaque prestou ao conflito, pode-se ler:

As conveniências da EDP e a lógica desenvolvimentista não se compadecem com considerações de outro teor. As gravuras são raríssimas? Que interesse tem isso? Precisamos de electricidade... Os terrenos são ideais para a produção de um vinho único no mundo? Irrelevante, porque o que importa é que chegue pontualmente, a casa de cada um, a energia que alimentará o televisor, ante o qual adormeceremos bovinamente. (...) que os portugueses se lembrem de que a lógica que conduz a política hidrológica espanhola é a mesma que leva o Governo português a sonegar dados aos cidadãos: o mais rasteiro utilitarismo.” (Público 30.11.94)

Outra peça alerta para a tradição predatória: “*parece hoje evidente que muitos outros vestígios terão sido destruídos na zona onde está projectada a construção do paredão.*” (Público 30.01.95); e a ameaça agiganta-se perante estes enunciados cujo exemplo citado está longe de constituir um caso isolado. Esta posição é constatável no *Público* desde as primeiras notícias em que se enuncia no título o apelo: “*Quem salva as gravuras do Côa?*” (Público 30.11.94 – o **bold** é nosso), veiculando a mensagem do perigo iminente “*para que impeçam a destruição das gravuras paleolíticas descobertas na margem do rio Côa*” reforçando ainda numa recorrência insistente: “*ameaçadas pela construção de uma barragem da EDP*” (Público 30.11.94). Neste artigo, por exemplo, toda a voz é dada à posição que contesta a ocultação do achado, aos arqueólogos que denunciam a impassividade do IPPAR e aos apelos internacionais que sublinham a importância da descoberta e a necessidade de preservação. Este destaque jornalístico da posição cujos valores possuíam maior proximidade foi aliás comprovado na análise estatística procedida por este estudo. Uma parte muito significativa dos artigos analisados revelou, como mostraremos adiante, esta predominância de destaque à posição e aos argumentos defendidos pelo grupo de arqueólogos.

E os jornalistas seguem narrando as suas “estórias”, a par e passo com a ameaça da construção da barragem, dando notícia de casos de destruições idênticas como a Barragem do Fratel que, uma vez construída “*submergiu para sempre gravuras rupestres ao ar livre, de enorme significado arqueológico*” (Público 10.12.94). Nestas remissões a casos passados o paralelo é simples, mostrar que o “*Tejo (também) esconde arte rupestre*” (título Expresso 04.03.95). Uma legenda

ilustra bem o conflito dos valores do património natural e cultural: “*cartaz em defesa das gravuras do Côa; a arte rupestre de Fratel, submersa há 20 anos não mereceu a mesma atenção. Em 1974 as preocupações eram outras*” (Ibid. – o **bold** é nosso). Outro procedimento comum parece ser a evocação a título de exemplo de outras descobertas paleolíticas como no vale de Ardèche em França, cuja resolução governativa legitima os valores que se estão a defender: “*O Governo francês já decidiu: primeiro, a conservação.*” (Público 21.01.95). A mensagem que veiculam é clara: “*O Público ainda não conseguiu perceber se o IPPAR está ou não decidido a lutar contra a construção da barragem, a única solução aceitável para preservar o monumento paleolítico.*” (Público 03.12.94 – o **bold** é nosso).

Soma-se também a intenção de uma pedagogia axiológica assimilada pelos media: “*Gravuras da consciência cívica*” (Público 26.01.95), é um título e um tópico que abre, ou pretende abrir, a consciência pública às questões patrimoniais e aos debates que um pouco por todo o país se foram desenrolando.

Esta comunhão de valores perante o património natural e cultural constitui o cimento coesivo da aliança entre arqueólogos e jornalistas. Aproximava-os um valor de preservação e conservação, afastando e isolando aqueles que se regiam por valores contrários, já aniquilados pelos primeiros. Esta aliança põe em causa a autoridade política do governo através da autoridade científica mediada pela mediatização no plano de uma divergência ética. A politização da ciência e a cientificação da decisão política, o entrosamento da esfera científica e dos media estão em marcha: “*EDP esquece implicações patrimoniais*” (Público 10.12.94), ou quando se refere a ineficiência do IPPAR na protecção do património não se hesita em destacar a citação dos arqueólogos para o título: “*Crime de negligência*” (Público 20.12.94). Sobre o balanço entre os ganhos e prejuízos derivados das concepções em afronta, não parecem restar dúvidas quando em Dezembro, ainda de 1994, um mês depois da descoberta da “ocultação”, um jornalista escreve “*... se as perdas causadas pela barragem são evidentes, os ganhos para o país na produção de energia eléctrica são passíveis de acesas discussões.*” (Público 22.12.94).

A perspectiva que aqui se defende é que a produção mediática sobre Foz Côa não foi nem o mero resultado da vontade de alguns editores e jornalistas, no quadro de uma conspiração contra o governo, nem o simples produto dos imperativos, constrangimentos e culturas organizacionais das empresas de imprensa. As limitações deste tipo de interpretações – embora não se ignore a presença daqueles factores – ficam patentes quando se consideram os produtos da imprensa como narrativas a que subjazem quadros e pressupostos culturais partilhados e partilháveis pelo jornalismo e pela sociedade.

2. O DISPOSITIVO TEMÁTICO DO “CASO FOZ CÔA”

A proposta sociológica da *tematização* define um tema como uma estrutura de significação explícita que permite uma continuidade diferenciada entre comunicação e opinião plural. Nessa linha de pensamento, um sistema político, se toma como base a referência à opinião pública, age segundo as regras de atenção que regulam a construção de temas e exigem a tomada de uma decisão. A ênfase recai na comunicação e nas regras de atenção e a fusão absoluta entre tema e opinião não plural torna a comunicação manipuladora.

No tema “Foz Côa” é possível assinalar três fases desde a descoberta das gravuras, pelos arqueólogos, à sua instauração como “Causa pelo Património”, pelos media. O acontecimento inicia-se devido ao interesse dos arqueólogos, um grupo disperso e com pouco peso social e político em Portugal, que procura chamar a atenção dos media para a sua causa. O objecto – as gravuras – não é imediatamente apreendido e surge ligado a alguma casualidade, a uma certa latência em direcção à captação da atenção. Num segundo momento as gravuras são focalizadas, apreendidas, e enquadradas num texto cultural pelos media. Estes fazem-no definindo o significado do acontecimento, as gravuras são transformadas numa questão patrimonial, e é essa ligação das gravuras, a princípio ignoradas e que só os arqueólogos queriam estudar e preservar, a um sistema simbólico que lhes dá o contexto cultural produtor de sentido. A mediação, evidentemente simbólica, passa a oferecer ao “grande público” uma opinião que engole rapidamente os “factos”. Procura-se assim a ressonância. A dicotomia que depressa se estabelece, e que invoca a disposição para responder, entre “Gravuras *versus* Barragem” e “Património *versus* Progresso”, é constituída pelos media. Antes, quando os arqueólogos denunciaram o caso, parecia tratar-se sobretudo de uma cisão intra-científica, uma denúncia da ocultação da descoberta, uma oposição entre arqueólogos “independentes” e arqueólogos do “burocracionismo público” com o pano de fundo da organização institucional da arqueologia. Esta questão, que se manteve suspensa durante toda a controvérsia, foi suplantada, no entanto, por uma outra mais tensa, mais dramática, em que os arqueólogos, tidos como grupo, uniam os esforços para salvaguardar umas gravuras doravante consideradas sem preço para o país e para o mundo, ameaçadas por uma barragem que não conseguiu argumentos sobre a sua superioridade face ao “património da humanidade”. É a partir deste interesse dos media pelas gravuras, que passam a pôr em cheque as virtudes e a reputação do país, que surge o processo de *moralização manipulatória* pela causa da *rock art* em Portugal.

O carácter ocasional de que se revestiu a primeira aproximação dos jornalistas ao que viria a constituir-se como o “Caso Foz Côa”, foi-nos revelado nas entrevistas efectuadas aos jornalistas que de perto seguiram o acontecimento. Este

aparece assim, primeiro, num espaço indelimitado, incerto, uma questão da arqueologia, uma “estória” cruzada com a Quinta da Ervamoira, um património que ainda não se sabe qual é, ameaçado pela construção de uma barragem, um caso de ineficiência das instâncias governativas que deviam zelar por esse património, uma questão que, dentro dos critérios jornalísticos, chega a ser colocada dentro de uma secção regional. Não deixa de ser curioso que no DN, “Foz Côa”, mesmo quando se escreve sobre o intenso destaque dado pela imprensa estrangeira, pertença à secção regional.

Assim, se para o público, sacudido mais tarde para a questão, a atenção sobre Foz Côa surge aliada ao escândalo e encobrimento de uma descoberta relevante, ela adquire numa fase muito inicial contornos pouco claros. Daí a escolha ecléctica, por parte das redacções, dos jornalistas encarregues de “tratar” o caso. A cobertura nos principais jornais diários e semanários ficou entregue ou a especialistas da área da Cultura, por se mostrarem envolvidas questões patrimoniais, ou a jornalistas generalistas que centrar-se-iam depois no acontecimento, cruzando a área de actualidades e controvérsias na qual se inscreve o escândalo e as dimensões da polémica gerada. Foz Côa não integrava uma secção definida.

Os media não investiram com toda a sua força e impetuosidade no início do processo. Este passou por um período de latência que só depois iria ocupar o centro da atenção mediática. Essa passagem do acontecimento (em rigor, do meta-acontecimento porque já mediático) à tematização foi-se constituindo na relação que os actores mais desprotegidos, menos poderosos face ao poder político, mas também os mais interessados – os arqueólogos –, estabeleceram envolvendo, no sentido literal do termo, um outro actor no conflito – os media, o actor principal. Há por parte dos arqueólogos, que não funcionam aqui como uma comunidade científica coesa mas como grupos isolados que se oferecem a destaque, o apelo, uma recorrência “lógica” aos media quando se sentem não protegidos pelo IPPAR, isto é, por quem os deveria proteger. Os arqueólogos, que assumem desde logo a defesa intransigente das gravuras, dão-se conta da ameaça e recorrem a quem pode fazer deles os triunfantes da contenda, mesmo que as hipóteses fossem pequenas.

O processo de transformação do acontecimento em meta-acontecimento jornalístico surge portanto com o envolvimento dos vários grupos interessados no destaque dominante dos seus argumentos. Até porque os procedimentos de recolha de informação passam primordialmente pelo contacto directo e busca de depoimentos dos intervenientes e fragmentação de divergências. Nesta troca de informações ressalta o tipo de relação mantida entre fontes e jornalistas de que estreitamente depende o material recolhido. É neste campo relacional que os jornalistas firmam, e confirmam, a ascensão de uns intervenientes sobre os outros atribuindo o relevo, primeiro, aos “arqueólogos”, os heróis, face aos “engenhei-

ros”, os vilões, e dentro dos arqueólogos, ao lado intransigente em detrimento do conciliador. Não se exorbitam competências embora a subjectivação – caucionada pela valoração “nobre” da causa das gravuras – ponha a descoberto o *instrumentarium* objectivante.

3. OS ARQUEÓLOGOS QUE PROCURAVAM OS MEDIA E QUE ERAM PROCURADOS PELOS MEDIA

Não restam dúvidas da existência de um grupo de arqueólogos inflexíveis na defesa da preservação do complexo único de arte paleolítica ao ar livre que contactou avidamente os media. A sua estratégia foi eminentemente comunicativa: visava obter os efeitos de agenda e a notoriedade pública dos seus argumentos e sujeitos.

Esses contactos com os arqueólogos eram frequentes?

Frequentes sim. A relação com os arqueólogos foi muito boa a partir de certa altura porque eles estavam interessados em preservar as gravuras, a maioria deles estava interessada em preservar o Vale do Côa. E portanto, eles também estavam interessados em dar-nos notícias, em informar-nos. (E.3/P.6)³

Como era a acessibilidade dos arqueólogos?

Os próprios arqueólogos contactavam-me muitas vezes, contactavam-me imensas vezes. Conseguiam na primeira fase ter uma capacidade de influenciar a agenda muito, muito grande. (E.4/P.5)

Acho que há aqui uma coisa a distinguir, é que até Foz Côa pouco se ouvia falar dos arqueólogos portugueses. Havia pouquíssimas coisas, eram assuntos específicos, ainda eram artigos da especialidade. Desta vez, para mim, acho que tem que se falar desta pessoa, apareceu esta mulher que é (arqueóloga), aquela figura carismática, que conseguiu uma coisa muito simples que foi transportar um discurso que, normalmente, era pesado e muito académico dos arqueólogos, esse tipo de cientistas e transformou-o num discurso acessível a toda a gente.(...) A (arqueóloga) teve uma óptima relação com os jornalistas porque nos conseguiu transmitir o quente e o simples e o bonito da questão... Todas as semanas telefonava-me e pressionava-me... teve um papel importantíssimo. (E.5/P.3)

³E. refere-se ao entrevistado seguido do número sequencial atribuído pelos investigadores. A referência P.(x) identifica o número da pergunta transcrita.

A acessibilidade consentida e pretendida dos arqueólogos contrastava largamente, com o tipo de acessibilidade, mais distante e mais formal, mantida com os responsáveis da EDP:

Estabeleceu mais contactos com os arqueólogos, com a EDP ou com o IPPAR?

Com a EDP era um bocado difícil falar, mais com os arqueólogos do que com a EDP. (E.3/P.6)

Na altura que eu me recorde, a EDP falava como um bloco, como uma instituição. (...) Na altura outros especialistas que poderíamos ter ouvido não o fizemos e as coisas cingiram-se mais às pessoas do lado da arqueologia ou outras disciplinas que são subsidiárias e pela entidade que deve zelar por esta área. (E.1/P.25)

Mas a EDP tentou alguma aproximação?

A mim pelo menos, não. Nem directa nem indirectamente. Comigo não tentaram. Quando houve a estória do encobrimento e eles disseram que não sabiam e era mentira... o (arqueólogo) tinha-os informado pelo menos um ano antes... Eu aí tentei falar com eles. Não sei se cheguei a falar com eles, não sei se dei a resposta deles... (E.3/P.10)

Como foram os contactos com os responsáveis da EDP?

A nível da EDP (a relação) foi péssima. Eles começaram logo por bloquear toda a informação. Numa primeira fase... davam o mínimo de informação possível até ao ponto de não estarem nem sequer fazerem comentários. (E.5/P.6)

Nas primeiras fases, falava com o assessor de imprensa da EDP. Depois a partir daí, a coisa tornou-se muito complexa e houve uma altura em que eram os próprios membros, delegados do Conselho de Administração escolhidos para falar com os jornalistas, aí já é uma coisa muito mais sistematizada, mais sofisticada, canais de informação muito mais filtrados, mais comeditos, porque eles deram conta de que cometeram erros crassos. (E.4./P.4)

Do ponto de vista comunicacional a EDP reagia de forma defensiva fechando-se ao relacionamento com os media, barrando a aproximação e bloqueando a informação. O facto de ter contratado uma empresa de comunicação que passou a gerir os contactos com os jornalistas agravou ainda mais a relação estabelecida.

A EDP não procurava qualquer aproximação?

Acabaram por contratar um empresa de comunicação, fez-nos uma aproximação,

convidaram-me a mim e ao meu editor para almoçar, mas vinham com um comportamento completamente ridículo e falso, nomeadamente a dizer que aquilo era mentira, que a barragem não afectava nada as gravuras... eles espalharam-se completamente numa primeira fase e até ao fim do processo. (E.5/P.7)

Com o IPPAR o envolvimento é bastante débil e aponta-se-lhe a ineficiência operativa exacerbada pela difícil relação sustida com os media que viam bloquear as suas solicitações de argumentos.

Como foi a relação com o IPPAR?

Péssima comunicação mesmo!... Não ajudou nada a esta questão a forma como o IPPAR tratou a questão. Tratou muito mal. Talvez isso também tivesse influenciado negativamente a luta pela suspensão da barragem. Lidou pessimamente tentando ocultar informação, seleccionando os jornalistas para terem acesso as coisas. Isto tudo contribuiu para um acirramento desta questão toda. (E2/P.25/26)

Temos então, nesta teia relacional, o enaltecimento do empenho dos arqueólogos por parte dos jornalistas que lhes atribuem uma poderosa capacidade de influenciar a agenda mediática e a criação de um sentimento generalizado a favor da salvaguarda das gravuras na opinião pública.

Dentro de todas as relações que estabeleceu com os intervenientes no processo, pensa que houve pessoas e argumentos a que se conferiu um prestígio especial?

Digamos que eu também estava do lado da... embora não pudesse tomar uma posição, obviamente, mas também estava do lado da preservação das gravuras. E isso foi ganhando forma e os meios de comunicação nisso tiveram um peso muito importante, desde os internacionais aos portugueses, começaram todos os dias a falar naquilo. (E.3/P.13)

A intensa cobertura informativa que se lhe prestou, “criou” e manteve o tema relevante durante um ano até ao desfecho a favor da opção de salvaguarda das gravuras subsequente à mudança de governo em Outubro de 1995, tendo continuado inclusivé por mais dois anos, constantemente enriquecida por novos elementos. O estabelecimento do tema “Foz Côa” pelos media, que deu prioridade à cisão axiológica no sentido dos valores terem constituído o filtro da atenção, deu assim início a um processo de comunicação política. Promovida a tema, popularizada, Foz Côa tornar-se-á uma batalha política, diminuindo-se a distância entre opinião e decisão. Fazer com que as gravuras não fossem submergidas pelas águas do Côa obrigava a parar a construção da barragem por parte do poder político. Numa democracia representativa, o poder político só se convence, em

geral, quando o argumento dos eleitores se torna importante. Ora isto depende do clima da chamada “opinião pública”, o clima que os media constroem.

A atenção sobre os títulos publicados de uma amostra recolhida de 277 artigos é reveladora da moralização manipulatória no tratamento jornalístico. No jornal *Público*, num total de 119 artigos analisados, cerca de 40% dos títulos revelam orientação; no *Correio da Manhã*, num total de 42, a percentagem é de cerca de 27%; no *Diário de Notícias*, em 48 artigos, a proporção é de 40%, no *Expresso*, em 56 artigos, a percentagem é de cerca de 27%, no *Independente*, em 13 artigos, 8 têm títulos orientados.

Na titulação, a referência à EDP é geralmente feita sob a forma de acusação – a EDP “escondeu”, a EDP “mentiu” –, sendo a barragem utilizada como elemento de oposição às gravuras “ameaçadas”, “em perigo”. A acrescentar aos títulos que já foram referidos anteriormente citemos: “*Importância do Côa supera Altamira*” (C.M. 08.02.95), “*O Mundo Inteiro tem os olhos postos em Portugal*” (C.M. 21.03.95), “*EDP escondeu achado do Côa*” (DN 05.12.94), “*Obras já ameaçam gravuras rupestres*” (P. 03.12.94), “*Jovens, ricos e instruídos contra a barragem*” (P. 21.02.95), “*Foz Côa e o novo tabu nacional*” (P. 21.05.95), “*Em busca da civilização esquecida*” (P. 08.07.95), “*‘Parem a construção da barragem de Foz Côa’*” (E. 24.12.94).

O destaque feito pela referência a uma situação de conflito entre duas posições, protagonizadas respectivamente pelos arqueólogos e pelos engenheiros/EDP, revela igualmente uma proporção maioritária aos argumentos dos arqueólogos. No que diz respeito ao destaque feito pela imprensa ao conflito entre duas posições, os dados são inequívocos: cerca de 93% dos artigos do *Expresso*, 82% no *Público*, 72% no *Diário de Notícias* e 55% no *Correio da Manhã*. Vejam-se também os elementos que revelam a maior visibilidade dada pela imprensa aos argumentos dos arqueólogos (A) face aos argumentos dos engenheiros/EDP (E): *Público* 31,3% (A) contra 5,4% (E), *Correio da Manhã* 65,2% (A) contra 21,7% (E), *Diário de Notícias* 45,5% (A) contra 12,1% (E), *Expresso* 18,9% (A) contra 5,4% (E).

Incontestavelmente a narração introduz a barragem como ameaça, um vilipêndio às gravuras e, enquanto os argumentos dos arqueólogos são oferecidos na qualidade de peritos para assegurar, comprovar, a importância das gravuras para o país, os argumentos da posição a favor da construção da barragem aparecem numa posição de recurso, perpetuando justificações que são colmatadas com afirmações de sentido contrário proferidas através da citação da posição dos defensores das gravuras. A EDP vem mais a público para contestar a genuinidade e a antiguidade das gravuras rupestres do que para defender a “sua” barragem do ponto de vista do sistema electro-reprodutor. A tendência para o debate científico sobre a antiguidade das gravuras deixa os arqueólogos à vontade no seu campo

de saber que assim facilmente refutam a argumentação vinda dos engenheiros. Em grande medida, a barragem é sempre referida na situação em que as gravuras são “ameaçadas pela construção de uma barragem da EDP” (Público 30.11.94), sinónimo de destruição e desrespeito patrimonial. Mesmo no caso dos artigos que destacam positivamente a posição da construção da barragem, a mensagem não encontra eco na interpretação das ocorrências e no ângulo de abordagem que o jornalista segue.

Além do discurso, as ilustrações/fotografias que o potenciam privilegiam a imagem positiva das gravuras e do conjunto paisagístico do Côa: do conjunto de artigos analisados e que apresentam ilustração (147 artigos em 277) metade refere-se às gravuras e à paisagem do Côa, sendo que a barragem alcança um *score* de 19%. Por outro lado, em termos qualitativos, a imagem do paredão da barragem funciona como elemento visual de choque desenquadrado de uma extensa área natural muitas vezes como mensagem de oposição, quer dizer, textos em que o discurso salienta os valores patrimoniais e enaltece o valor das gravuras são acompanhados da ilustração da barragem reforçando a mensagem da “ameaça”. Num artigo de opinião de um jornalista que se vinha ocupando do “caso Foz Côa”, e em resposta a um outro artigo de opinião de um jornal concorrente onde se defendia a barragem, é possível constatar a seguinte representação da barragem: “...um enorme tanque de água gerido por computadores, plantado no meio da mais antiga região para a produção de vinhos em todo o mundo, que todos os dias deixará nas encostas uma mancha imensa de lama, é que é garantia de ‘desenvolvimento’” (Público 02.05.95).

O destaque visou sobretudo a politização do acontecimento, o que contradiz a eminência do papel dos arqueólogos (atribuída pelos jornalistas) como os grandes protagonistas, sendo que o debate científico se tornou de relevância menor e marcado por algumas ambiguidades. A politização, e o apelo ao envolvimento da “opinião pública”, com todo o dramatismo que ofereciam, enquadravam-se perfeitamente nos critérios, na linguagem e na dinâmica perlocutória dos media.

Em relação ao debate científico, prestou-se-lhe destaque?

Isso (o debate científico) não acompanhei muito bem, não tive contacto directo com o que aconteceu exactamente mas foi um vendaval que levou quase todos os jornais a reboque disso. Tentou dar-se espaço quer a uns quer a outros, se bem que isso seja uma área um bocado complicada de fazer um artigo porque não dominamos essa questão. Terá de ser um engenheiro ou um técnico que esteja dentro do assunto para que não saia disparates, É um bocado difícil para nós tornar essa linguagem mais acessível para todos. (E.1/P.30 e 33)

... Nós púnhamos os dois lados e safávamo-nos assim. Mas repare, sobre o aspecto

científico daquilo, nós os jornais falávamos naquilo mas pegávamos naquilo por outro lado, pela guerra da Barragem/EDP... É também uma forma de evitarmos falar daquilo cientificamente. (E.3/P.34)

O facto de o governo se ter mostrado inapto na tomada de medidas necessárias à preservação e conservação do património constituía uma fenda perfeita para contestar a eficiência das instâncias (o IPPAR) e a legitimidade do próprio governo. Esta é outra das razões invocadas pelos jornalistas que determinam a publicitação destacada à politização da controvérsia. Tratando-se de um caso de ocultação de informação, dado que o governo, tendo tido conhecimento da existência das gravuras rupestres na área de construção da barragem, escondeu o facto da “opinião pública”, a doutrina da “vigilância do poder” ou da imprensa como “contra-poder” conduziu os jornalistas à cruzada pela transparência.

O que reunia “Foz Côa” que fizesse merecer tanto destaque?

É que os jornalistas e a comunicação social genericamente descobriram que aquilo era um caso concreto de ocultação da informação. E quando... é próprio do nosso métier, quando alguém nos quer esconder informação é quando a gente tem mais gozo e mais sente o dever do ofício de dizer. (E.4/P.2)

Mas “Foz Côa” era uma questão política?

Transformou-se numa questão política, mas isso porque o governo se portou *muito canhestramente neste assunto, e nem digo mais nada. (...) O IPPAR tinha poucos meios e então ia buscar, ia encostar-se à sombra de um ministério poderoso que lhe dava dinheiro para ele funcionar... não havia contrapartidas. Politicamente não achámos isso muito correcto. E havia uma censura implícita à posição do IPPAR. Nós escrevemos isso. Nós achamos que o IPPAR se portou muito mal. Não defendeu os interesses do património, nunca defendeu. O IPPAR, no tempo do anterior governo defendeu muito mal em todos os níveis, posso ir buscar outros casos. Defendeu mal os interesses do património quando era suposto. Foi um governo muito fraco. (E.2/P.39)*

O “Caso Foz Côa” serviu de campanha contra o governo da altura, contando com o incentivo da oposição partidária.

E a nível do poder político que contactos se estabeleceram?

Houve algumas coisas. Claro que, no fundo, acaba por ser uma opção profundamente política. O PS aproveitou mais esse factor para dar mais um golpe no Cavaquismo e conseguiu. Coisa que não está agora a fazer em relação à Barragem do Sabor. (E3/P. 12)

Os argumentos “pró-gravuras” da oposição política mereceram a atenção dos media, suportados e exacerbados por um outro factor – o largo destaque dado pela imprensa estrangeira, que não hesitou em apelidar o caso de “escândalo”, e serviu de instância legitimadora ao próprio destaque nacional. Essa referência unânime como razão da “batalha política” e argumento para a vitória das gravuras acentua uma relação de dependência em que é o factor de repercussão internacional, mais um, que torna umas gravuras ameaçadas numa batalha por um património, já não local, nem nacional, mas auferindo-lhe a grandiosidade pela referência a “toda a humanidade”.

O que reunia “Foz Côa” para se lhe prestar tamanho destaque?

... Mas o que fez isto continuar é que isto deu um salto internacional. A partir do momento em que Portugal começa a ser falado na “Time”, na “NewsWeek”, com aqueles artigos enormes, com aquelas tomadas de posição, nessa fase é que os jornais portugueses tornam a agarrar em força nesse assunto. E depois disso é que começa a ser politicamente aproveitado. (E5/P.17)

(os arqueólogos) mostraram aos jornalistas que, de facto, aquilo é uma coisa importante, que era única no contexto mundial, e depois não só isso; conseguiram, tiveram um efeito importantíssimo em chamar à causa, a causa deles, a imprensa internacional, que isso é uma coisa que se lhes deve exclusivamente... Os editoriais do “The Times”, as notícias da “NewsWeek”, do “Libération”, dos jornais australianos, das televisões alemãs, a televisão suíça, isso foi tudo acção do lobby internacional dos arqueólogos. Contactaram com os seus colegas no estrangeiro, trouxeram-nos cá e esses colegas, por sua vez, conseguiram chamar a atenção dos media dos seus países para apurar o que se estava a passar. Isso, de facto, teve um efeito muito importante. (E.4/P.7)

A par da comunhão de juízos e valores entre arqueólogos e jornalistas quanto à classificação e preservação do património natural e cultural, o “Caso Foz Côa” oferecia aos jornalistas um potencial de excesso perfeito – através da transfiguração total de um problema de natureza também política num sobressalto sobretudo ético – para a produção de efeitos de fascinação, encantamento e espectáculo tão importantes para a ordem mercantil, cultural e social própria das actuais condições de produção, difusão e recepção dos media. Os arqueólogos, ganha a batalha interna no seu campo, produziram o juízo patrimonial: as gravuras eram do paleolítico e deviam ser preservadas a céu aberto. Os media fizeram “emergir”, estender, o valor patrimonial no conjunto da sociedade pressionando o político através da empatia popular. Fizeram-no com narrativas construídas por uma forma de fazer-dizer-fazer constitutiva de uma mancha suficientemente perceptível por referência a um real fenoménico e a um difuso público leitor. Assim foi o percur-

so da classificação à “comunicação da classificação”, para utilizarmos a expressão de Eduardo Jorge Esperança⁴.

A necessidade que a causa da salvaguarda das gravuras de Foz Côa tinha dos media correu a par com a necessidade que os media tinham da causa das gravuras do Côa. Não existe discurso da verdade que não seja discurso do seu poder, não existe difusão sem dor e muito menos *mass media* inocentes. O niilismo tímido da história da nossa *doxa*, ao não ousar suprimir a verdade depois de ter suprimido o seu critério, é o acto mais astuto e subjugante da razão, argumenta Calasso⁵.

Lisboa, Setembro de 1998

⁴ Eduardo Jorge Esperança, *Património e Comunicação – políticas e práticas culturais*, Ed. Vega, Lisboa 1997, p. 295.

⁵ Roberto Calasso, *Os quarenta e nove degraus*, Ed. Cotovia, Lisboa 1998, p. 40.